



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos campi**

### **Autores:**

Wellington Tischer - UDESC e UFFS - [wellington.tischer@outlook.com](mailto:wellington.tischer@outlook.com)

Isa de Oliveira Rocha - UDESC - [isa.rocha@udesc.br](mailto:isa.rocha@udesc.br)

### **Resumo:**

O trabalho analisa e discute a significativa expansão das universidades federais para o interior do Brasil, principalmente a partir dos governos de Lula e Dilma (2003-2016), impulsionando o desenvolvimento regional. Além da revisão da literatura sobre a temática, foram levantados e sistematizados indicadores como localização dos campi, população, distância de capitais estaduais, número e ano de criação de campi, processos de expansão para verificar as intencionalidades das políticas públicas de desenvolvimento regional e a implantação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES no território brasileiro. Categorias de análise foram formuladas para a compreensão do papel destas novas instituições como: universidades novas, interestaduais, criadas por desmembramento ou transformação e universidades multicampi. Conclui-se que a criação e implantação de novas universidades consolidam um período de avanço do ensino superior, com o incremento significativo de campi que buscaram a diminuição de problemáticas sociais por meio de ações de interiorização dos investimentos públicos em regiões estagnadas.

# NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL -

## Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos *campi*

### RESUMO

O trabalho analisa e discute a significativa expansão das universidades federais para o interior do Brasil, principalmente a partir dos governos de Lula e Dilma (2003-2016), impulsionando o desenvolvimento regional. Além da revisão da literatura sobre a temática, foram levantados e sistematizados indicadores como localização dos campi, população, distância de capitais estaduais, número e ano de criação de campi, processos de expansão para verificar as intencionalidades das políticas públicas de desenvolvimento regional e a implantação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES no território brasileiro. Categorias de análise foram formuladas para a compreensão do papel destas novas instituições como: universidades novas, interestaduais, criadas por desmembramento ou transformação e universidades multicampi. Conclui-se que a criação e implantação de novas universidades consolidam um período de avanço do ensino superior, com o incremento significativo de campi que buscaram a diminuição de problemáticas sociais por meio de ações de interiorização dos investimentos públicos em regiões estagnadas.

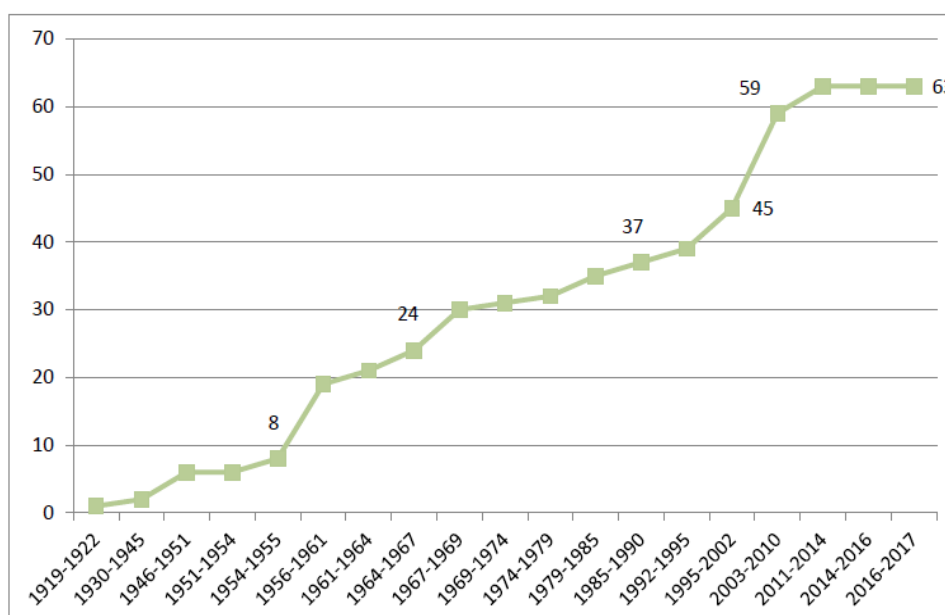
### ABSTRACT

The present paper analyzes and discusses the significant expansion of the federal universities in the interior of Brazil, mainly from the governments of Lula and Dilma (2003-2016), impelling regional development. In addition to a review of the literature on the subject, indicators such as location of campuses, population, distance of state capitals, number and year of creation of campuses, expansion processes to verify the intentionalities of the regional development public policies and the implantation of the Federal Institutions of Higher Education - IFES were collected and systematized. In addition categories of analysis were created to understand the role of these new institutions as new, interstate, created by dismemberment or transformation universities and multicampuses universities. It is concluded that the creation and implantation of new universities consolidate a period of advancement of public higher education, with the significant increase of Campuses that sought to reduce social problems by means of internalization actions of public investments in stagnant regions.

## INTRODUÇÃO

Como propulsoras do desenvolvimento regional, as universidades federais têm sua significativa expansão para o interior do Brasil a partir do Governo Lula (2003-2010) e do Governo Dilma (2011-2016). O modelo de implantação de universidades federais, até então concentrado nas capitais de estados e nos municípios-polos regionais, assume o papel de protagonizar desenhos institucionais multicampi, interestaduais, de integração regional e internacional, com missão institucional tributária do desenvolvimento regional. Os lócus predominantes dessas novas instituições são as cidades pequenas e médias, que passam a abrigar vagas do ensino superior público em áreas estratégicas, como a formação de professores, engenharias, ciências da saúde e agrárias.

Figura 1 - Número de universidades federais criadas no Brasil - séculos XX e XXI



Fonte: Ministério da Educação (2016).

Das seis universidades federais criadas durante o período de Fernando Henrique Cardoso (FHC), somente a Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf) foi criada a partir do zero em 2002. As outras cinco universidades federais foram criadas: a) por desmembramento de campi existentes e ligados às universidades federais ditas “consolidadas” (criadas durante o Governo Militar como polos ou unidades avançadas das unidades federativas) para o interior; b) pela transformação de Fundações de Ensino, Institutos e Faculdades em universidades federais; e c) pela federalização de instituições privadas ou públicas estaduais em universidades federais.

Diante disso, foi organizado um contexto de interiorização do ensino superior através de políticas públicas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do

Ministério da Educação. Mas tal quadro de interiorização contou também com a intensificação de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional, como o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) no recorte das mesorregiões diferenciadas iniciadas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido na Macrorregião Nordeste do Brasil sob o comando do Ministério da Integração Nacional (MIN) das quais muitas universidades tem seu batismo.

Muitas das universidades federais criadas pelos Governos Federais FHC, Lula e Dilma são tributárias desse contexto de interiorização a partir dos marcos do REUNI pelos governos federais com 31 destas universidades federais, em 2018, não presentes na capital dos estados, isto é, 49,21% das universidades encontram-se interiorizadas e somente oito não possuem *campi* fora da sede, isto é 12, 70% do total. (FERREIRA *et al*, 2016, p. 83 e 87).

O modelo de universidade adotado com vários campi, ênfase na extensão universitária e atendimento especializado às demandas dos movimentos sociais, visa também à promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável como forma de induzir o desenvolvimento de regiões estagnadas ou reprimidas. Para explicar o fenômeno de interiorização que coincide com um processo de desconcentração do ensino superior público, decidiu-se criar categorias de análise para as novas universidades federais criadas ao longo dos últimos dezesseis anos. São elas: a) universidades federais criadas por meio de transformação e ou desmembramento; b) universidades federais “novas”; c) universidades federais criadas com coincidência de atuação de Políticas de Desenvolvimento Regional (Promeso, PDFF e Conviver); c) Universidades federais para Integração Internacional; d) Universidades federais multicampi e interestaduais; e e) o modelo norte-americano de universidades federais funcionalistas.

As políticas de indução do desenvolvimento regional para o interior encontram-se de certa forma com a disponibilização de novos campi de universidades federais em cidades médias ou cidades pequenas atendendo a critérios populacionais, mais predominantemente em municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, compreendidos como polos de desenvolvimento e que nos permite relativizar a desconcentração em curso, interpretada como deslitoralização, ao mesmo tempo em que afirma o papel de protagonismo de cidades distantes das capitais de estados.<sup>1</sup>

A partir dos governos do Partido dos Trabalhadores a expansão do ensino superior se dá através da intensificação dessas políticas públicas do Ministério da Educação (MEC), com a criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em contexto de expansão da Rede Federal de Ensino Superior com a ampliação da rede de institutos federais e de vagas, campi e cursos nas universidades federais existentes, delineadas aqui como de reestruturação para as ditas universidades “consolidadas” criadas há mais tempo, sobretudo, anterior aos anos 1990 e de expansão com a criação de novas universidades

---

<sup>1</sup> Nesse contexto, a UFFS é *sui generis*, apresentando dois *campi* em municípios com menos de 20.000 habitantes (Cerro Largo e Realeza) e um em Laranjeiras do Sul, com população próxima dos 30.000 habitantes segundo dados de estimativa do IBGE (2015).

federais a partir do desmembramento ou da transformação de escolas superiores, estabelecimentos isolados ou antigas faculdades e de criação de “novas”, isto é, do zero.

A metodologia de pesquisa consistiu na separação e agregação dos dados e informações em períodos que coincidem com a atuação no Governo Federal entre 2000 e 2016 para facilitar a leitura e evidenciar um padrão de atuação; em que pese representarem um contínuo processo que é um devir das coisas e fruto de um conjunto de causas, condições e escolhas que explicam o país, segundo Santos e Silveira (2000), e não apenas de um Governo. Por se tratar de um problema de método, ainda Santos e Silveira (2000) esclarecem que a lógica da geografia educacional tem sido definida por agentes nos diversos níveis do estado e da sociedade ao longo da história.

"E aí entram como fatores, as dinâmicas demográficas, o movimento da produção, as infraestruturas presentes, os níveis de renda, as qualidades e quantidades do consumo e as dinâmicas sócio-espaciais daí resultantes, assim como os níveis e as qualidades das aspirações da sociedade, isto é, dos indivíduos e dos grupos, que determinam também a maneira como a educação vai-se instalando, segundo uma lógica que inclui os lugares." (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 12).

De certa forma, é possível inferir que as universidades federais novas têm sua gênese em políticas de desenvolvimento regional e passam a ser consideradas como importantes motores de alavancagem de regiões estagnadas.

## DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Um período prolífico de mobilização e desmobilização de atores sociais em busca de “trazer um Campus de Federal” passa a ser o expediente de políticos locais pelo interior do país com prevalência do Governo Federal em dispor de Campus em cidades com os critérios populacionais e dispor de infraestrutura para contemplar tais políticas, mais uma vez com predileção por municípios de maior população.

Muitas das universidades federais “novas” passaram a conviver com os processos de implantação ainda durante os trâmites legislativos para sua criação e que duraram de 5 a 10 anos e, também, com a ocorrência de sua expansão durante a sua implantação com interferência de outras políticas públicas na sua estruturação, como o caso do Programa Mais Médicos e do Programa “Mais Engenheiros” (que não prosperou).

Para tanto, o REUNI estabeleceu a meta de reduzir 50% do déficit de graduados nas áreas estratégicas acima e de dobrar o número de mestres e doutores até o ano de 2020. Além dessas preocupações estratégicas, o Relatório técnico do REUNI em 2013, que naquele momento refletia sobre a Política em curso, trazia importantes considerações políticas sobre a localização geográfica dos campi:

É importante observar nas escolhas dos municípios, a localização geográfica e sua importância no contexto das micro e mesorregiões, de forma a atender a um número maior de estudantes que concorrem às vagas ofertadas. A escolha apropriada dos municípios garante boa infraestrutura e boa rede de empresas que se habilitam aos editais de licitação, de forma a se evitar atrasos ou dificuldades [...] (MEC, 2013, p. 16).

Esse Relatório Técnico de 2013 trazia como contribuição alguns princípios norteadores para um possível REUNI 2, com base na aplicação de questionários semiestruturados respondidos pelos reitores de universidades federais, representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG). Dentre algumas diretrizes, convém destacar:

- A criação das novas unidades acadêmicas deve colaborar para o processo de desenvolvimento regional;
- As Universidades a serem criadas deverão atender preferencialmente aos municípios que sejam polos de mesorregiões;
- As propostas de instalação de cursos, Campus e universidades devem implicar estudos preliminares das condições socioeconômicas das regiões para se assegurar a importância da escolha dessas unidades para o desenvolvimento do país e para correção de assimetrias regionais (MEC, 2013, p. 19).

De certa forma, a instalação de campi de Universidade Federal passa a ser compreendida como uma Política para o Desenvolvimento Regional pelos atores envolvidos nos processos de criação e implantação e também da comunidade envolvida, gerando, sobretudo, novos serviços, valorização imobiliária com efeitos multiplicadores de geração de emprego e renda e disponibilização de infraestrutura e tecnologia da informação, para além da sua função de formação profissional e atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme explica Oliveira Júnior:

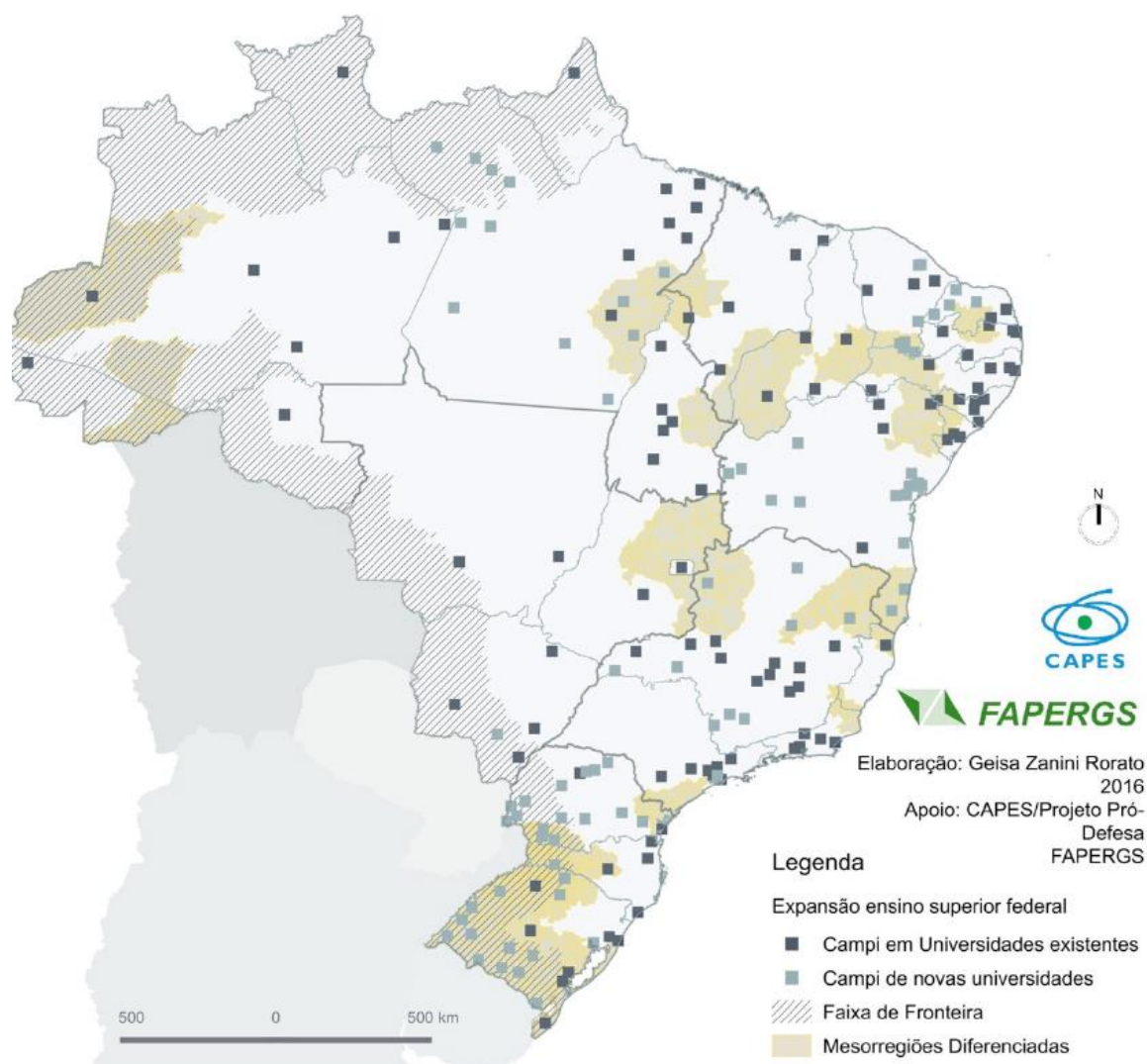
[...] a instalação de universidade em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada no desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, influenciando no aumento da oferta de emprego e renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolvem basicamente infraestrutura (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, p. 1.342).

Isto, em parte, explica que, apesar de “regionais”, essas universidades são encaradas com certo localismo pelos atores locais, sobretudo lideranças políticas, pois trazem consigo



novas dinâmicas. Basta notar que a Política do REUNI está longe de ser uma unanimidade entre professores, alunos e sindicatos docentes como efetividade no objetivo de reenquadrar a universidade pública num projeto de desenvolvimento social do país ou mesmo de melhoria na qualidade do ensino superior público.

Figura 2 – Mesorregiões diferenciadas, faixa de fronteira e campi existentes e criados no período 2003-2014



Fonte: (RORATO, 2016).

De certa forma, a Univasf inaugura no Brasil a implantação de universidades federais em mesorregiões diferenciadas objetivando contribuir para a diminuição das desigualdades regionais, caso do Vale do São Francisco. Pode-se ponderar que antecipa o marco regulatório das mesorregiões diferenciadas trazido pelo Decreto n. 6.047, de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A Univasf é multicampi e mantém unidades nos municípios de Petrolina (Pernambuco), Juazeiro (Bahia), e São Raimundo Nonato (Piauí). O recorte, portanto, é interestadual para essa IFES desde o momento de sua criação. A Univasf serviu de referência para criação de outras duas

universidades federais interestaduais: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 2009, e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com atuação nos estados da Bahia e do Ceará em 2010.

Ao longo do processo de implantação de universidades federais, 10 entre 13 campi (76,9%) estão situados dentro do contexto das mesorregiões diferenciadas, o que de certa forma atesta a influência da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR na disposição de novos campi em que pese a inexistência de um planejamento conjunto entre duas pastas setoriais (RORATO, 2016).

Tabela 1 – Relação das universidades federais criadas entre 2000-2016 e o tipo de criação com número de campi previstos e existentes nas leis de criação.

Universidade	Tipo	<i>Campi</i> previstos na lei de criação	Número de <i>campi</i> em 2016
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Transformação de campi da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)	1	7
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	4	7
Fundação Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)	Transformação da Fundação de Ensino Superior de São João del Rei	1	4
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá	1	2
Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf)	Nova	3	5
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	1	6
Fundação Universidade do ABC (UFABC)	Nova	2	2
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	4	6





Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM)	1	2
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1	1
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE)	1	3
Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa)	Transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM)	1	4
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina	1	4
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná	11	13
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA)	1	1
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Nova	9	9
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Nova	5	6
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA)	3	8
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Nova	1	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nova	3	3
Universidade Federal do Sul	Nova	3	3

da Bahia (Ufesba)			
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Desmembramento da Universidade Federal do Pará (FPA)	5	5
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	Desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	5	5
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC)	5	5

Fonte: Leis de criação e sítios oficiais das universidades federais.

Muito embora a dispersão geográfica de unidades institucionais crie dificuldades de natureza administrativa, identidade orgânica e gestão acadêmica com reflexos negativos como aponta Fialho (2005), refletindo sobre o papel das universidades estaduais ao longo dos anos 1980, o modelo multicampi oferece e promove o acesso da população excluída e à margem dos processos de modernização. O processo de interiorização da universidade por meio da abordagem multicampista ocorre assim:

Envolvendo-se com o princípio da interiorização e, conseqüentemente, da democratização, no sentido da ampliação das condições de acesso aos bens da educação superior (e não apenas à função ensino), a universidade multicampi disponibiliza, num dado espaço territorial, uma infraestrutura – material e humana – potencialmente capacitada para, por meio da pesquisa e extensão, adentrar realidades de muitos desafios (FIALHO, 2005, p. 74).

Se a institucionalidade multicampi ainda é, segundo Fialho (2005), pouco explorada pela literatura, é ainda mais difícil ao grande público entender o caráter interestadual de uma instituição e a abrangência de alguns aspectos infraestruturais que desafiam a padronização das instalações; como por exemplo, as dificuldades iniciais dos primeiros anos de implantação que passam a contar também com um período de expansão. Outra modalidade importante para compreendermos este fenômeno é o desmembramento e a transformação de antigas instituições federais em Universidades.

Embora tenham sido criadas durante o período FHC, com destaque para o último ano de seu governo em 2002, essas universidades federais foram implantadas a partir de 2003, coincidindo com o período de expansão para novos campi no interior, configurando uma estrutura regional multicampi a partir do desenho institucional com critérios afinados de locação como a distância da sede e das capitais dos estados.

De 2003 a 2014 é possível considerar três períodos de expansão do ensino superior federal até sua estagnação a partir de 2016: a.) expansão com interiorização de 2003 a 2007;

b.) Reestruturação e expansão com ênfase na integração regional e internacional de 2007 a 2012 e c.) Desenvolvimento Regional e programas especiais de 2012 a 2014 (ARRUDA, 2011).

As 14 universidades federais criadas em seis anos (2005-2010) durante o Governo Lula caracterizam-se pela inserção em todas as macrorregiões brasileiras, diferenciando-se do Governo FHC, que criara as seis universidades de “Minas Gerais para cima”, a maioria no mesmo modelo de criação (transformação e ou desmembramento). Lula inaugura uma série de universidades que buscam promover o desenvolvimento regional das faixas de fronteira, das mesorregiões diferenciadas e do polígono compreendido pelo Semiárido Nordeste.

## DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A implantação de cerca de metade das universidades federais conforme Quadro 1 nesse contexto atestam a coincidência da promoção de Políticas de Desenvolvimento Regional e a inserção de universidades federais, iniciadas em 29 de julho de 2005 – dia no qual foram criadas 6 universidades federais, sendo 5 no modelo multicampi e duas coincidentes nos programas em execução pelo Ministério da Integração Nacional: a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, desmembrada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) na Faixa de Fronteira; e a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), como o nome indica, no semiárido nordestino, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Campus Mossoró.

Embora a criação de universidades federais tenha ocorrido no interior do país e por transformação de outras instituições superiores, a criação da Fundação Universidade do ABC (UFABC) representou um modelo de inserção de “nova” universidade federal para “interiorização” em que pese ter sido criada na periferia da cidade de São Paulo, tributária do movimento sindicalista do então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nesse sentido, tanto a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) quanto a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), são legados desses interesses. Não obstante nenhuma destas universidades traga no seu nome o complemento “do Mercosul”, a Universidade Federal da Fronteira Sul instala-se na Grande Fronteira do Mercosul – GFM ou Mesomercosul, com estrutura multicampi, antes mesmo da Unila, por um processo sui generis de pressão dos movimentos sociais num Movimento Pró-Universidade Popular “debaixo para cima”.

Além da UFFS e da Unila, pensadas a partir do Mercosul, outras duas universidades federais concebidas como de integração, segundo o Relatório da Comissão da Portaria n. 126/2012 que visava realizar um diagnóstico do processo de expansão das IFES entre 2002 e 2012, são: a Universidade do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém e concebida como Universidade Federal de “integração amazônica”, e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) com campi em Rezende e Acarape, no Ceará e São Francisco do Conde no Recôncavo da Bahia – lócus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Como o nome sugere, é “de Integração” entre os países lusófonos, sobretudo na África.

Quadro 1 – Relação entre os Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional e criação de universidades federais.

Universidade	PERÍODO	REGIÕES METROPO LITANAS	PROMESO	PDFF	CONVIVER	
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Período FHC (2000-2002)	X				
Universidade Federal de <i>Campina</i> Grande (UFCG)					X	
Fundação Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)		X				
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)						
Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf)				X		X
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)		X				
Fundação Universidade do ABC (UFABC)	Primeiro Governo Lula (2003-2006)	X				
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)		X				
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)						
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)				X		
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)						
Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa)					X	
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)				X		X
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)		X	X	X		
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Segundo Governo Lula (2007-2010)	X				
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)			X	X		
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)			X	X		
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)						
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)				X		
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira		X				X
Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba)	Rousseff (2011-)		X			
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)						
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)					X	
Universidade Federal do Cariri (UFCA)			X		X	

Elaboração: Wellington Tischer.

Durante o período Lula, essas universidades federais guardam basicamente dois perfis: universidades federais para as periferias das grandes capitais regionais e universidades federais para a interiorização. A UFABC, a UFRB e a Unilab situam-se

respectivamente na periferia das cidades de São Paulo, Salvador e Fortaleza, a menos de 100 km do centro dessas capitais regionais, o que permite o movimento pendular da comunidade acadêmica. Criadas durante o Governo Lula – primeiro e segundo – essas universidades federais se expandiram no período de implantação ao longo do primeiro governo de Dilma Rousseff.

Se por um lado, no primeiro Governo Dilma (2011-2014), houve a expansão dos campi das universidades federais criadas desde 2005 e que naquele momento se dedicavam à implantação, por outro lado, a criação de novas universidades federais se daria somente após 2 anos e meio do mandato: em 5 de junho de 2013 foram criadas quatro novas universidades federais, todas com estrutura multicampi e duas (de quatro) em regiões de atuação de políticas de desenvolvimento ligadas ao Ministério da Integração Nacional. Metade eram universidades federais desmembradas e transformadas, e a outra metade eram “novas”.

É oportuno e importante abordar uma caracterização dessas novas universidades federais criadas a partir do ano de 2000 durante o Governo FHC, que tiveram a implantação iniciada e expansão para o interior do país durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Praticamente um terço dessas universidades federais criadas no período 2000-2016 está localizado no Nordeste brasileiro, com grande recorrência aos Programas Conviver do Semiárido Nordestino e do Programa de Desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas (Promeso), a partir da Univasf em 2002 conforme Quadro 1.

Com o Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), continuou no Brasil um período de expansão da Rede Federal de Ensino Superior Público, após um início tímido no Governo FHC com a criação de universidades federais em regiões metropolitanas (capitais de estados), como é o caso da UFT, UFRA e UFSJ. Segundo estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas do estado do Ceará (Ipece) intitulado Análise Espacial das Instituições de Ensino Superior Brasileiras a partir dos Dados do Censo da Educação Superior de 2011, os recursos eram mal distribuídos no Brasil, além da má distribuição geográfica, que comprometia a oferta de ensino, produtividade e qualidade do capital humano entre as regiões, em favor das instituições, tanto públicas quanto privadas, localizadas nas Regiões Sul e Sudeste.

O estudo aponta ainda um cenário: mesmo que a interiorização das instituições, nos últimos anos, tenha contribuído para a desconcentração de investimentos e transferência de renda, não há proporcionalidade entre população e instituições de ensino, poucos municípios dos estados do interior com cobertura e a participação de grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília ainda é bastante significativo. Ainda que o processo de criação de novos Campi não tenha sido homogêneo no território nacional nas regiões Norte e Centro-oeste percebe-se uma preferência pelo processo de reestruturação com novos Campi em universidades “consolidadas” em detrimento de expansão e criação de “novas” universidades federais a partir do zero ou transformadas e desmembradas, como principalmente no Sul e no Nordeste, onde ocorreu um fenômeno mais intenso de dispersão

geográfica de IFES. Cabe lembrar que é nestas duas regiões Norte e Centro-Oeste que está a maior predominância de IES pública em relação às privadas (16,8% e 8,4%).

A reversão de um processo histórico de concentração, também chamada de deslitoralização do ensino superior público ou interiorização, ocorreria mais intensamente a partir de 2003 com a expansão do ensino superior público, tanto criando novos campi das universidades federais ditas “consolidadas” através da Reestruturação, como criando universidades federais através da transformação ou desmembramento ou da criação com base em projeto de desenvolvimento para a interiorização.

Tabela 2 – Tipos de municípios segundo classificação do IBGE que receberam campi de universidades federais.

<b>Estimativa de população em 2016 segundo classificação IBGE</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>	<b>Estimativa de população em 2016</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Cidades pequenas (Até 100.000 Habitantes)	68	60,71%	Até 20.000 Habitantes	7	6,25%
Cidades médias (Até 500.000 Habitantes)	37	33,04%	Entre 20.000 e 50.000 Habitantes	25	22,32%
Cidades grandes (Acima de 500.000 Habitantes)	7	6,25%	Entre 50.000 e 100.000 Habitantes	36	32,14%
			Acima de 100.000 Habitantes	44	39,29%

Fonte: IBGE (2016) adaptado pelo autor.

O estudo do Ipece (2014, p. 21) esclarece que essa forte assimetria está no fato de as faculdades públicas estaduais da região Sudeste do país receberem mais da metade do total de receitas de transferência de todos os tipos de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Sobre isso, uma apresentação institucional disponibilizada no site do MEC reconhecia que o Programa REUNI não havia, até o ano de 2012, corrigido as maiores distorções do Sistema de IFES com relação às assimetrias regionais e intrarregionais.

Outro estudo que trata da distribuição geográfica de instituições de ensino é o artigo Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro de Corrêa (1974) que apresenta uma estatística de ocorrência de cursos nos municípios brasileiros e estabelece a espacialização desordenada de cursos superiores no território nacional. Corrêa (1974) considera que havia até os anos 1970 concentração de centros na Macrorregião Sudeste em mais da metade de Instituições de Ensino Superior num total de 88, com uma gama completa de centros de todas as ordens em detrimento das demais macrorregiões, em



especial a Norte e a Centro-Oeste, com sete e três, respectivamente. Convém salientar que nessas regiões há forte concentração nas capitais de estado.

Outro aspecto importante tratado por Corrêa (1974) é a correlação entre o tamanho mínimo de cidade e o tipo de curso instalado. Para os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária não há um padrão, ocorrendo em municípios com populações diferentes, embora se sobressaia o padrão de população de 20.000 a 50.000 habitantes para a instalação de cursos para formar professores de curso médio e de 50.000 a 100.000 habitantes para cursos nas áreas das engenharias e da saúde, como medicina e odontologia. Esse padrão locacional de escolha de cursos e população de municípios tem mais de 40 anos e continua válido, com seu desenho institucional seguindo as premissas estabelecidas por IES brasileiras até 1974 conforme Tabela 2.

O crescimento das universidades federais no período de 2002 a 2014 é de 40%, com aumento de instalação de campi em 112,58% e 141,23% em número de municípios atendidos (a preferência do modelo multicampi e o crescimento do número de municípios atendidos por universidades federais estão expostos na Tabela 3). Desses 170 novos campi, boa parte encontra-se nas universidades criadas a partir de 2000 em contexto majoritariamente de cidades médias e pequenas. Para Santos e Silveira (2000), a expansão do ensino superior privado e público segue o fenômeno da urbanização com alocação de infraestrutura disponível, como estradas e telecomunicações.

Tabela 3 – Relação de Universidades Federais e novos *Campi* em municípios.

<b>Período</b>	<b>Até 2002</b>	<b>Em 2014</b>	<b>Diferença</b>
Universidades Federais	45	63	40,00%
<i>Campi</i>	151	321	112,58%
Municípios	114	275	141,23%

Fonte: Capes/MEC (2014 apud SILVA b, 2015).

Ao analisar as universidades federais criadas a partir de 2000 (Tabela 3), percebe-se a predileção por cidades pequenas segundo o critério do IBGE (até 100.000 habitantes): totalizando 60,71% dos campi em municípios desse porte. Na categoria de 50.000 a 100.000 habitantes há a ocorrência de 32,14% do total absoluto dos campi e nos municípios de 20.000 a 50.000 habitantes estão 22,32% dos campi. Municípios até 20.000 habitantes, por questões infraestruturais, como fixação de professores e técnicos, acolhem somente 6,25% do total absoluto de municípios com campi de universidades federais. O próprio MIN e alguns relatórios do MEC recomendavam evitar campi em cidades pequenas pela dificuldade de executar obras e contratar professores.

Cidades grandes, com população acima de 500.000 habitantes, representam também somente 6,25% do total de campi; valor equivalente aos campi implantados em cidades pequenas. O mesmo pode ser dito da localização dos campi em Regiões Metropolitanas (RMs), que diminuiu sua representação ao longo dos governos petistas. E pela diversificação do mercado de trabalho, a proximidade da cidade grande favorece a permanência de recém-formados que é um processo difícil de reverter quando a implantação é em cidades pequenas e médias.

O levantamento extensivo de alguns indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) para o ano de 2000 – período anterior à criação - e durante a implantação (2010) em 2000 entre os municípios que abrigaram um campus de Universidade Federal possuíam, respectivamente, 45,61% de IDH-M baixo, 52,20% IDH-M médio e somente 2,20% um IDH-M alto. Já em 2010, nenhum município possuía IDH-M baixo, 31,13% de IDH-M médio e 68,87% com IDH-M alto. Muito embora não se possa afirmar que somente a instalação da Universidade Federal é responsável por este desempenho, trata-se de uma contribuição significativa para compreensão do fenômeno de interiorização para compreendermos sua relação com e para o desenvolvimento regional, muito embora, seu impacto possa ser medido mais claramente a longo prazo e nos municípios onde estão instalados os *campi* apesar de “regionais”.

Trevisol (2015) discute sobre o processo de deslitoralização do ensino superior público do Brasil, que tem ocorrido de forma assimétrica e intensa em épocas recentes, com coincidência de políticas públicas de desenvolvimento regional e integração nacional e planos nacionais na área da Educação, como os Planos Nacionais de Educação 2001-2010, 2014-2024 e os Planos Nacionais de Pós-Graduação 2011-2020, em face do histórico enfrentamento da questão das faixas de fronteira, como de soberania nacional e políticas “militarizantes”.

No Brasil, a criação e implantação de novas IFES na última década assinalam um período de avanço do ensino superior público, com o incremento significativo de campi que buscaram a interiorização. A localização e abrangência dos campi de várias IFES no período de 2003 a 2010 correspondem à busca da diminuição das desigualdades regionais por meio de ações de interiorização dos investimentos públicos em regiões estagnadas, impulsionando setores econômicos reprimidos, além de contribuir para evitar o êxodo rural.

Ainda assim, essa política pública de expansão tem sofrido sérias críticas no tocante à inserção urbana e regional de algumas dessas instituições. Silva (2014a) aborda os problemas da dimensão política que envolvem o fenômeno da localização durante a expansão universitária federal, com a frágil articulação federativa na perspectiva de evitar sobreposição de cursos entre universidades estaduais, federais e institutos federais em regiões contíguas para evitar gastos excessivos com infraestrutura, como laboratórios e pessoal.

De forma semelhante, Santana (2012) critica o Estado brasileiro pela forma como vem conduzindo o processo de implantação de campi, distante dos princípios que norteiam a expansão universitária no Brasil. O papel de norteador do desenvolvimento regional atribuído às universidades federais surge, segundo esse autor, como uma política de “salvação do atraso”, e o desenho multicampi por centros de especialidades, como ocorre na UFRB, não permite a necessária integração entre os campi.

Uma breve análise dos dados levantados (Quadros e Tabelas) evidencia uma tendência, e não um padrão, de instalação de campi em cidades médias com mais cursos de graduação do que em cidades menores. A escolha e localização de cursos seguem igualmente uma propensão de localizar a sede administrativa no município com maior população, especialmente, no Governo FHC e Primeiro Governo Lula, em regiões

metropolitanas em detrimento de municípios menores. A quantidade de cursos de graduação apresentada revela a relação direta entre dotação de infraestrutura e capacidade instalada para expansão: mais cursos superiores exigem mais salas de aula, mais servidores; e portanto, mais facilmente se dará a expansão pelo aproveitamento dessa infraestrutura disponível.

Quadro 2 – População dos municípios com *Campi* em universidades federais durante o Governo FHC e infraestrutura a partir da quantidade de cursos de graduação em 2016.

<b>Universidade</b>	<b><i>Campi</i></b>	<b>Cursos de graduação por <i>Campi</i></b>	<b>Habitantes IBGE 2016</b>
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Araguaína	13	173.112
	Arraias	2	10.752
	Gurupi	4	84.628
	Miracema do Tocantins	3	19.340
	Palmas	15	279.856
	Porto Nacional	7	52.510
	Tocantinópolis	2	23.130
Universidade Federal de <i>Campina Grande</i> (UFCG)	Campina Grande	42	407.754
	Cajazeiras	15	61.816
	Cuité	11	20.337
	Patos	5	107.067
	Pombal	2	32.739
	Sousa	6	69.196
	Sumé	7	16.872
Fundação Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)	São João del Rei	31	89.832
	Congonhas	5	53.348
	Divinópolis	4	232.945
	Sete Lagoas	4	234.221
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Itajubá	23	96.523
	Itabira	9	118.481
Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf)	Petrolina	12	337.683
	Juazeiro	7	220.253
	São Raimundo Nonato	2	33.966
	Senhor do Bonfim	3	80.769
	Paulo Afonso	1	119.930
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Belém	10	1.446.042
	Capanema	9	66.759
	Capitão Poço	5	52.768
	Paragominas	5	108.547
	Parauapebas	5	196.259
	Tomé-Açu	5	61.095

Fonte: IBGE (2016).

Quadro 3 – População dos municípios com *Campus* em universidades federais durante o Primeiro Governo Lula e infraestrutura a partir da quantidade de cursos de graduação em 2016.

<b>Universidade</b>	<b>Campi</b>	<b>Cursos de graduação por Campus</b>	<b>Habitantes IBGE 2016</b>
Fundação Universidade do ABC (UFABC)	Santo André	10	712.749
	São Bernardo do Campo	9	822.242
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Cachoeira	8	35.013
	Cruz das Almas	14	64.552
	Santo Antônio de Jesus	5	102.469
	Feira de Santana	1	622.639
	Santo Amaro	1	61.836
	Amargosa	8	38.041
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Uberaba	25	325.279
	Iturama	3	38.102
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Dourados	32	215.486
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Alfenas	21	79.222
	Poços de Caldas	4	164.912
	Varginha	4	133.384
Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa-RN)	Mossoró	21	291.937
	Angicos	5	11.908
	Caraúbas	7	20.636
	Pau dos Ferros	7	30.206
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Diamantina	21	48.095
	Teófilo Otoni	10	141.502
	Janaúba	6	71.279
	Unaí	5	83.448
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Apucarana	5	131.571
	Guarapuava	4	179.256
	Campo Mourão	7	93.547
	Londrina	7	553.393
	Cornélio Procópio	8	48.615
	Medianeira	9	45.939
	Curitiba	22	1.873.997
	Pato Branco	12	79.869
	Dois Vizinhos	8	39.500
Ponta Grossa	10	341.130	

	Francisco Beltrão	4	87.491
	Santa Helena	2	25.665
	Toledo	8	133.824

Fonte: IBGE (2016).

Embora a maioria dessas universidades federais adote a condição multicampi, é possível notar a coexistência de outros desenhos institucionais conhecidos como polos avançados, unidades acadêmicas, centros especializados ou até mesmo “campi do interior”. Ao longo dos últimos quinze anos buscou-se desenhar uma infraestrutura mais enxuta, com menor quantidade de cursos superiores, cursos menos complexos ou cursos de menor prestígio profissional, a reboque do avanço de cursos de licenciatura e formação de professores de ensino básico. Essas estruturas educacionais se localizam em municípios pequenos, sobretudo abaixo de 50.000 habitantes e distantes de regiões metropolitanas.

Fialho (2009, p. 29) expõe criticamente alguns critérios de localização de cursos superiores em municípios pequenos, como a recorrência de evitar grandes infraestruturas, com a promoção do atendimento mínimo. Tais características o autor observa igualmente nas universidades federais criadas a partir de 2000, com reduzidos investimentos em infraestrutura (laboratórios, por exemplo), como o caso dos cursos da área de ciências humanas.

Diferentemente dos cursos de graduação em licenciaturas e formação de professores, a Política do Programa Mais Médicos teve grande influência nos desenhos institucionais das universidades federais, sobretudo, nas “novas”. Nota-se uma predileção da localização de cursos de medicina em municípios de maior porte, nas sedes ou em novos Campi indicados por portarias específicas como vetores de desenvolvimento institucional a partir da capacidade instalada. Por exemplo: a expansão dos cursos de medicina na UFFS se deu primeiramente em Passo Fundo, que é o segundo mais populoso município da Mesomercosul, e posteriormente em Chapecó, que é o mais populoso. Para o Campus Passo Fundo, conforme farta literatura institucional produzida, foram procurados planos de expansão em torno de um Centro Especializado em Saúde, com cursos nessa área, que aproveitassem laboratórios e docentes já disponíveis.

Diferentemente das graduações das licenciaturas e formação de professores, a Política do Programa Mais Médicos teve grande influência nos desenhos institucionais das universidades federais, sobretudo, nas “novas”. Nota-se uma predileção da localização de cursos de medicina em municípios de maior porte, nas sedes ou em novos campi indicados por portarias específicas como vetores de desenvolvimento institucional a partir da capacidade instalada. A Tabela 4 apresenta, segundo dados do Programa Mais Médicos, um aumento de vagas da ordem de 20,08% para os cursos de medicina em capitais de estado e um expressivo aumento de 68,63% das vagas em cursos de medicina em cidades do interior do país, para atingir a meta de criar 11.400 novas vagas.

Quadro 4 – População dos municípios com *Campus* em universidades federais durante o Segundo Governo Lula e infraestrutura a partir da quantidade de cursos de graduação em 2016.

<b>Universidade</b>	<b>Campi</b>	<b>Cursos de graduação por Campi</b>	<b>Habitantes IBGE 2016</b>
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Porto Alegre	16	1.481.019
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Alegrete	7	78.244
	Bagé	12	121.986
	Caçapava do Sul	5	34.644
	Dom Pedrito	5	39.853
	Itaqui	6	39.049
	Jaguarão	6	28.230
	Santana do Livramento	5	82.631
	São Borja	6	62.897
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	São Gabriel	4	62.874
	Cerro Largo	7	14.024
	Chapecó	13	209.553
	Erechim	10	102.906
	Laranjeiras do Sul	6	32.228
	Passo Fundo	1	197.798
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Realeza	7	17.068
	Santarém	44	294.447
	Alenquer	8	54.960
	Almeirim	8	33.282
	Itaituba	8	98.485
	Monte Alegre	8	56.391
	Juruti	8	55.179
	Oriximiná	9	70.071
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Óbidos	8	50.596
	Foz do Iguaçu	26	269.915
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Redenção	5	27.358
	Acarape	3	16.418
	São Francisco do Conde	3	39.790

Fonte: IBGE (2016).



Quadro 5 – População dos municípios com *Campi* em universidades federais durante o Governo Dilma e infraestrutura a partir da quantidade de cursos de graduação em 2016.

Universidade	<i>Campi</i>	Cursos de graduação por <i>Campi</i>	Habitantes IBGE 2016
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Itabuna	4	220.386
	Porto Seguro	4	147.444
	Teixeira de Freitas	4	159.813
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Marabá	8	266.932
	Rondon do Pará	2	50.460
	São Félix do Xingu	1	120.580
	Xinguara	1	43.188
	Santana do Araguaia	1	68.934
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	Barreiras	15	155.519
	Barra	2	54.563
	Luís Eduardo Magalhães	2	81.730
	Santa Maria da Vitória	2	41.782
	Bom Jesus da Lapa	2	70.090
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Juazeiro do Norte	9	268.248
	Barbalha	1	59.343
	Brejo Santo	1	48.451
	Crato	1	129.662
	Icó	1	67.345

Fonte: IBGE (2016).

O Programa Mais Médicos representa um impacto significativo nas novas universidades federais criadas a partir do ano 2000. Um breve levantamento revelou 20 cursos de Medicina nessas universidades federais, embora algumas tenham sido transformadas de antigas escolas de medicina, como a Faculdade de Diamantina que se transformou na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), e o caso da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). O Programa Mais Médicos, portanto, só é menos expressivo do que os cursos criados para formar professores previstos nos Planos de Desenvolvimento da Educação (PDE), considerando os impactos no desenho dessas novas IFES.

Outro aspecto muito importante para caracterizar essas universidades federais “novas” – excluindo aquelas transformadas ou desmembradas – é a adesão a um modelo universitário americano<sup>2</sup> com características funcionalistas e profissionais que, conforme Souza et al. (2013), estão expressas na missão institucional por: a) ênfase na função de

<sup>2</sup> Esta característica híbrida de ligação do desenvolvimento sustentável, regional, integrado ou socioeconômico, que caracteriza a criação dessas novas universidades públicas, tem maior ênfase na adesão e nas críticas típicas do modelo americano.

ligação à sociedade; b) crítica à natureza elitista; c) ênfase na produção e inovação; d) ênfase na extensão universitária. A característica de crítica à natureza elitista encontra-se também na refutação aos processos seletivos historicamente constituídos por exame vestibular ao aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nas políticas afirmativas, como o programa de cotas, que antecipam em alguns anos a Lei de Cotas, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre ingresso em IFES.

Tabela 4 – Vagas criadas em capitais de estado e em cidades do interior do país.

	<b>Até 2013</b>	<b>Após 2013</b>	<b>Aumento %</b>
Capitais de estado	8.858	10.637	20,08%
Cidades do interior	8.612	14.522	68,63%
<b>TOTAL</b>	<b>9.935</b>	<b>10.874</b>	<b>44,01%</b>

Fonte: Brasil (2015).

A questão do desenvolvimento regional é então preferida nesse modelo americano, assim como a condição multicampi está para a dispersão geográfica dessas universidades federais, que no caso da Unipampa é levada ao extremo com a criação de Campus em praticamente todos os municípios de fronteira, e no caso da Ufopa, com ampla difusão no território amazônico no Estado do Pará. E mais: a missão institucional desta última, por exemplo, reflete sobre a sua relação intrínseca com a formação profissional para o desenvolvimento nessas instituições:

Muito embora algumas instituições encarem a elaboração de sua missão institucional como uma atividade prosaica, desinteressada e acabam por reproduzir temas gerenciais que pouco dizem respeito ao efetivo andamento do planejamento institucional e desenvolvimento como marca de sua presença no lugar onde se situam, outras instituições, como a Ufersa-RN, situada no semiárido nordestino, atribuem sua presença material ao atendimento de demandas locais para formar profissionais em diálogo com a condição em que se encontram.

Em estudos recentes, Souza et al. (2013) analisam que a promoção do desenvolvimento e integração é outra categoria citada na missão de universidades públicas, sobretudo nas regiões Amazônica e Nordeste brasileiro, às quais se poderiam agregar as Faixas de Fronteira. É justamente nesse contexto que a expansão do ensino superior vem se revestindo de maiores expectativas na reversão de um processo assimétrico de disponibilização de vagas em cursos superiores públicos. Ferreira (2016) considera sobre a oferta de cursos superiores em áreas estratégicas como a região Amazônica, o semiárido e o MERCOSUL como lócus de implantação de cursos superiores em áreas estratégicas como engenharias e tecnológicas com viés de integração visando o crescimento econômico regional e competitividade no plano internacional.

Além das questões relativas ao desenvolvimento, é preciso ressaltar a função de ligação com a sociedade e de atendimento especializado de movimentos sociais historicamente excluídos do ensino superior público. A UFVJM e a UFSB, ambas presentes no

recorte dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, também trazem em suas missões institucionais um enquadramento no modelo norte-americano funcionalista de elo com a sociedade regional através da extensão universitária e cooperação com foco na inovação para o desenvolvimento regional.

Ao analisar as missões institucionais dessas universidades federais “novas”, fica evidente que nenhuma delas expressa tão bem o momento histórico e o contexto sócio-espacial em que estão inseridas quanto a UFFS, sob esse mesmo prisma de modelo norte-americano de universidades para o “desenvolvimento. A UFFS já nasce “debaixo para cima”, ainda que políticas públicas “de cima para baixo” tenham influenciado sobremaneira seu andamento. Porém, cumpre ressaltar que sua missão reflete essa condição de reversão de um processo elitista, ao qual historicamente esteve ligado o ensino superior público brasileiro, e seu papel no contexto da Mesomercosul e da Faixa de Fronteira para inclusão social de populações excluídas no processo histórico de formação, para a integração regional, em que pese a condição interestadual oferecer mais desafios de que vantagens e, ainda, como uma instituição tributária da fixação de profissionais no contexto de intensas migrações que levaram “colonos” e “camponeses” a buscar melhores condições de vida, sobretudo nas capitais dos estados sulinos presentes na faixa litorânea do Brasil meridional.

## NOTAS FINAIS

Um levantamento de oferta pública de cursos superiores nestas novas Universidades Federais apresenta um espectro de 157 cursos superiores diferentes, em que uma parcela de 28 cursos superiores conforma mais de 60% da nova oferta densificada nas áreas da saúde, engenharias, tecnologias e agrárias e são passíveis de uma análise mais aprofundada da sua ocorrência no território brasileiro. Novas tendências como Bacharelados interdisciplinares, cursos tecnológicos e até mesmo Universidades Tecnológicas (UTFPR) ou cursos com ênfase como, por exemplo, administração com ênfase em cooperativismo, agronomia com ênfase em agroecologia ou enfermagem com ênfase em saúde pública colocam em questão as ditas “vocações regionais” pois conformam além de um aumento de densidade educacional em áreas preexistentes. Maiores estudos neste sentido serão necessários para compreensão das contradições presentes no avanço da oferta pública dos campi das novas universidades federais do interior e sua relação com a promoção do desenvolvimento.

Após o projeto de emenda constitucional (PEC) do novo Regime Fiscal em 2017, observam-se movimentos contraditórios e que se traduzem no âmbito do ensino superior público: concomitantemente ao impedimento de novos investimentos há projetos de Lei em tramitação no congresso brasileiro que visam criar universidades federais “novas” e universidades federais a partir de desmembramento de campi das “consolidadas”: projetos do Maranhão do Sul, Catalão, Jataí, Norte de Tocantins, Delta do Parnaíba, Rondonópolis e Xingu. O lócus predominante, como se pode observar, continua sendo o interior do país, em cidades pequenas e médias inseridas em regiões recorrentes das já abandonadas pastas dedicadas ao desenvolvimento regional, como as faixas de fronteira, semiárido e mesorregiões diferenciadas.

Sob o argumento do desenvolvimento regional, o governo de Temer propõe novas universidades federais, com o risco do baixo e precário investimento, para atender agentes locais de alinhamentos políticos e ideológicos diferentes daqueles dos governos petistas ou tucanos. Será um novo cenário de cristalização, ou melhor, de "consolidação" das Instituições Federais de Ensino Superior ou meramente de reestruturação com novos desenhos institucionais voltados a outro projeto de país? Parafraseando Santos e Silveira (2000): Como será a expansão do ensino superior público daqui para frente?

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Expansão da educação superior: uma análise do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco. 215f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências. Brasília, 2007a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10466.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10466.htm)>. Acesso em: 30 ma. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Programa Mais Médicos. Disponível em: <<http://www.maismedicos.gov.br/cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 36, n. 1, p. 3-135, 1974.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira. Universidades públicas - Mudanças, tensões e perspectivas. Editora Mercado Letras. Campinas, 2016.

FIALHO, Nadia Hage. Universidade Multicampi. Brasília: Plano, 2005.

\_\_\_\_\_. Chão desigual – a categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (org.). Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. IBGE cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 abr. 2016b.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Análise da distribuição espacial das Instituições de Ensino Superior brasileiras a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2011. Fortaleza: IPECE, 2014. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/informe/Ipece\\_Informe\\_72\\_05\\_fevereiro\\_2014.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/informe/Ipece_Informe_72_05_fevereiro_2014.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 – Relatório da Comissão constituída pela Portaria n. 126/2012. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Apresentação sobre diretrizes, metas e indicadores para o Programa REUNI. Disponível em: <[http://REUNI.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/REUNI\\_contribuicoes-expansao-2.pdf](http://REUNI.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/REUNI_contribuicoes-expansao-2.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Programas Regionais. A faixa de fronteira e o desenvolvimento regional. XI Marcha dos Prefeitos, Brasília (DF), 18 de abril de 2008. Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?q=marcia+damo+apresenta%C3%A7%C3%A3o+conc%C3%B3rdia&espv=2&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjTrIz77tfMAhXMh5AKHTUfAbAQ\\_AUICCGC&biw=1242&bih=606#imgrc=JpalQKDt687J9M%3A](https://www.google.com.br/search?q=marcia+damo+apresenta%C3%A7%C3%A3o+conc%C3%B3rdia&espv=2&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjTrIz77tfMAhXMh5AKHTUfAbAQ_AUICCGC&biw=1242&bih=606#imgrc=JpalQKDt687J9M%3A)>. Acesso em: 12 maio 2016b.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. In: Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas, 2014.

RORATO, Geisa Zanini. Expansão do ensino superior federal, atores territoriais e emergência de novas escalas de poder e gestão: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília: ABMES, 2000.

SILVA, Leonardo Thompson da. A política de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior e seus aspectos locacionais no território brasileiro. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro, 2014a.

\_\_\_\_\_. A política de expansão da rede federal de educação, científica e tecnológica e suas implicações no desenvolvimento local e regional no Estado da Bahia. In: Revista Vozes dos Vales, Minas Gerais, n. 7, ano IV, p. 1-21, 2015.

SOUZA, Janice Aparecida Janissek de et al. Concepções de Universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das Universidades Públicas Federais Brasileiras e dos modelos de Universidade. In: Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 4, ed. esp., p. 216-33, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p216>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TREVISOL, Joviles. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 12, n. 28, p. 505-32, ago. 2015.